



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 03/CEPEX/IFRO, DE 21 DE SETEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Planejamento Estratégico na Gestão Pública, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Porto Velho Zona Norte.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Estatuto, considerando o Processo nº 23243.000971/2016-78, considerando a Resolução nº 67/CONSUP/IFRO/2016, considerando ainda a aprovação unânime do Cepex na 5ª Reunião Ordinária, em 08/07/2016;

R E S O L V E:

Art. 1º APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Planejamento Estratégico na Gestão Pública, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Porto Velho Zona Norte, anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

UBERLANDO TIBUTINO LEITE
Presidente do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

**PROJETO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA GESTÃO PÚBLICA**

Modalidade: Presencial

PORTO VELHO

2016

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO	5
1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO.....	5
1.2 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO	5
1.3 CORPO DIRIGENTE DA UNIDADE DE ENSINO.....	5
1.4 EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO.....	5
2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	6
2.1 CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE.....	7
3 APRESENTAÇÃO DO CURSO	8
3.1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	8
3.2 DADOS DO COORDENADOR DO CURSO	9
3.3 EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO.....	9
3.4 DADOS DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO CURSO	9
4 JUSTIFICATIVA	10
5 OBJETIVOS	12
5.1 OBJETIVO GERAL	12
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
6 PÚBLICO-ALVO.....	13
7 FORMA DE INGRESSO.....	13
8 PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO	13
8.1 CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA	13
8.2 METODOLOGIA E RECURSOS DIDÁTICOS.....	16
8.2.1 DA OPERACIONALIZAÇÃO DIDÁTICA	17
8.3 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	17
8.4 AVALIAÇÃO DO CURSO.....	18
8.5 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO	19
9 PERFIL DO EGRESSO.....	20
10 O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	20
11 MATRIZ CURRICULAR	21
11.1. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	22
12 EQUIPE DE PROFESSORES	22
13 ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO DE NATUREZA ACADÊMICA, DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	23
13.1 COORDENAÇÃO DO CURSO	23
13.2 COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO CURSO	23
13.3 DIRETORIA DE ENSINO	24
13.4 COORDENAÇÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS.....	24
13.5 COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA	24
13.6 DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO CAMPUS	25

13.7 DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO	25
14 AMBIENTES EDUCACIONAIS E RECURSOS DIDÁTICOS DE SUPORTE	25
14.1 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	25
14.2 SISTEMA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO	26
14.3 BIBLIOTECA.....	26
14.4 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA.....	26
14.5 LABORATÓRIO ESPECÍFICO	27
14.6 EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA.....	27
14.7 RECURSOS DE HIPERMÍDIA.....	27
15 CRONOGRAMA.....	28
15.1 REALIZAÇÃO PROJETO DO CURSO	28
16 EMBASAMENTO LEGAL	28
17 REFERÊNCIAS	30
18 EMENTAS	31
APÊNDICE A - PLANO DE ENSINO	43
APÊNDICE B - TERMO DE COMPROMISSO COM O CURSO (DE CADA DOCENTE COMPROMETENDO-SE A PREPARAR MATERIAL DIDÁTICO E MINISTRAR DISCIPLINA, CUMPRINDO SUA RESPECTIVA CARGA HORÁRIA).....	44
APÊNDICE C - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO – TCC (ALUNO).....	45
APÊNDICE D - MODELO DE TERMO DE ACEITE PARA ORIENTAÇÃO TCC (PROFESSOR)	46
APÊNDICE E - FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÃO	47
APÊNDICE F - FICHA DE AVALIAÇÃO PARA TCC	48
APÊNDICE G - FICHA DE DESISTÊNCIA/TRANSFERÊNCIA DE ORIENTAÇÃO	49
APÊNDICE H - MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	50
APÊNDICE I - MODELO DE TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS	52
APÊNDICE J – RESUMO DO CURRÍCULO <i>LATTES</i> DOS PROFESSORES DO CURSO	53

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome:	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA		
End.:	Av. 7 de Setembro, 2.090, Nossa Senhora das Graças		
Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.804-124
Fone:	69-2182-9601	Fax:	69-2182-9601
E-mail:	reitoria@ifro.edu.br		

Reitor: Uberlando Tiburtino Leite

Pró-Reitora de Ensino: Maria Fabíola de Moraes Assumpção Santos

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Gilmar Alves Lima Júnior

Pró-Reitora de Extensão: Maria Goreth Araújo Reis

Pró-Reitor de Administração: Arijoan Cavalcante dos Santos

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Dauster Souza Pereira

Coordenadora de Pós-Graduação IFRO-Reitoria: Gisele Caroline Nascimento dos Santos

1.2 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO

Nome:	CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE		
CNPJ:	10.817.343/0007-92		
End.:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		
Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.821-002
Fone:	069-2182-3801	Fax:	
E-mail:	campusportovelhozonanorte@ifro.edu.br		

1.3 CORPO DIRIGENTE DA UNIDADE DE ENSINO

Dirigente Principal da Instituição de Ensino			
Cargo:	Diretor-Geral do <i>Campus</i>		
Nome:	Miguel Fabrício Zamberlan		
End.:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		
Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.821-002
Fone:	069-2182-3801	Fax:	
e-Mail:	miguel.zamberlan@ifro.edu.br		

Diretor de Ensino			
Cargo:	Diretor de Ensino		
Nome:	Adriano Marcos Dantas da Silva		
End.:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		
Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.821-002
Fone:	069-2182-3809	Fax:	
e-Mail:	adriano.silva@ifro.edu.br		

1.4 EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Comissão responsável instituída pela portaria nº 83, de 11 de junho de 2014 para a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública, na modalidade EaD: Ronilson Oliveira, Cristiano Polla Soares, Miguel Fabrício Zamberlan, Denise Ton Tiussi, Jonimar da Silva Souza e Alberto Sona Neto. Posteriormente reformulada pela Portaria nº 67, de 23 de abril de 2015, onde altera o nome da pós-graduação para Planejamento Estratégico na Gestão Pública e acrescenta os nomes dos professores Marcilei Serafim Germano, Higor Cordeiro de Souza, Anabela Aparecida Silva Barbosa e Adriano Marcos Dantas da Silva.

2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

É uma instituição que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus. Especializa-se em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo de mecanismos para a educação continuada.

Marcos Históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia:

- ✓ 1993: Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei 8.670, de 30/6/1993. Apenas a Escola Agrotécnica foi implantada, porém;
- ✓ 2007: Conversão da Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da Lei 11.534, de 25/10/2007;

- ✓ 2008: criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio do artigo 5º, inciso XXXII, da Lei 11.892, de 29/12/2008, que integrou em uma única instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;
- ✓ 2009: início das aulas e dos processos de expansão da rede do IFRO;
- ✓ 2010: Criação do *Campus* Avançado Porto Velho Zona Norte.

O Instituto Federal de Rondônia está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus *campi* e de sua rede. Em 2016, a configuração é esta: uma Reitoria; oito *campi* implantados (Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena e Colorado do Oeste e Guajará-Mirim) e uma Unidade de Educação Profissional em implantação (Jaru); ampliação do número de Polos de Educação a Distância no interior do Estado e parcerias com outros estados da União.

2.1 CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

O *Campus* Porto Velho Zona Norte teve autorização de funcionamento como *Campus* Avançado pela Portaria 1.366, de 6 de dezembro de 2010.

No ano de 2011, com a equipe formada pela Direção-Geral, Coordenação-Geral de Ensino e Coordenação de Administração e Planejamento, deu-se início às atividades de planejamento e implantação do *campus* oficialmente, com a aplicação de questionários para identificação da demanda a ser atendida pelo novo *campus* que surgira.

Com uma estrutura voltada à Educação a Distância (EaD), o *Campus* Porto Velho Zona Norte, por sua conversão de *Campus* Avançado para *Campus* Regular, assume, por transferência da Pró-Reitoria de Ensino, toda a gestão administrativa e pedagógica voltada à EaD no *campus* e Polos Regionais do IFRO.

Ofereceu, em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR) entre os anos de 2011 e 2015, os Cursos Técnicos em Administração, Serviços Públicos, Meio Ambiente, Reabilitação de Dependentes Químicos, Eventos, Logística, Segurança do Trabalho e Agente Comunitário de Saúde.

Com início das atividades próprias em 2013, passou a ofertar os cursos Técnicos em Informática para Internet e em Finanças, além do Superior de Tecnologia em Gestão Pública, todos presenciais. Além disso, com a instalação dos estúdios de produção de educação a distância, abriu os primeiros cursos nesta modalidade: Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças.

A partir de 2014, passa a ofertar os cursos do Programa Profucionário, que visa à formação dos funcionários de escola, em efetivo exercício, em habilitação compatível com a

atividade que exerce na escola. A formação em nível técnico de todos os funcionários é uma condição importante para o desenvolvimento profissional e aprimoramento no campo do trabalho e, portanto, para a carreira. Esses cursos ofertados são: Cursos Técnicos em Multimeios Didáticos, Infraestrutura Escolar, Secretaria Escolar e Alimentação Escolar. Nesse período o *campus* já alcança mais de 4.000 alunos

Para o primeiro semestre de 2016, terá início a parceria do Instituto Federal Rondônia com o Governo do Estado, via Secretaria de Educação (Seduc), para possibilitar a mediação tecnológica aos alunos da rede estadual e ofertar cursos técnicos, via EaD. Pela parceria, serão criados 176 polos de EaD em escolas estaduais, que vão possibilitar a oferta, pelo IFRO, de até 22 mil vagas em cursos de nível médio e superior para a população do Estado. O primeiro curso nessa modalidade será o Técnico em Cooperativismo.

Além da parceria acima, terá início também no primeiro semestre de 2016 a oferta dos cursos Técnico em Finanças e Técnico em Informática para Internet, na modalidade concomitante, onde alunos da rede estadual cursarão o ensino médio nas escolas públicas estaduais e o ensino técnico no Instituto Federal. Já no segundo semestre de 2016, serão lançados os cursos Técnico em Recursos Humanos e Técnico em Serviços Públicos, todos com os projetos pedagógicos já aprovados.

No ensino de Pós-Graduação, o *Campus* Porto Velho Zona Norte, iniciou em 2015 a Especialização em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social, modalidade EaD, implantada em seis polos.

Deste modo, com uma estrutura voltada à utilização de tecnologias no auxílio aos estudos para o ensino profissional, o *campus* prevê uma interação homem-máquina mais ampla, com utilização de laboratórios temáticos, produção de mídias para educação e ainda utilização de um estúdio de transmissão e gravação de aulas, a fim de atender as mais diversas regiões do Estado, criando condições às comunidades para a inserção, permanência e ascensão no mercado de trabalho.

3 APRESENTAÇÃO DO CURSO

3.1 DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública.

Modalidade: Presencial

Área de Concentração: Gestão e Negócios - Administração Pública

Habilitação: Especialista em Planejamento Estratégico na Gestão Pública

Carga Horária: 420h

Requisitos de Acesso/Forma de Ingresso: portadores de diplomas de graduação em cursos reconhecidos pelo MEC

Vagas: 40.

Campus de funcionamento: Porto Velho Zona Norte

Prazo para integralização do Curso: 12 a 18 meses.

3.2 DADOS DO COORDENADOR DO CURSO

Nome:	RONILSON DE OLIVEIRA		
End.:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		
Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.821-002
Fone:	(69) 21823818	Fax:	Cel.: (69) 9990-5141
e-Mail:	ronilson.oliveira@ifro.edu.br		

3.3 EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

O projeto foi elaborado por uma equipe designada pelo Diretor-Geral do *campus*, cujos membros constam no quadro abaixo:

N.º	Nome	Titulação
1	Jonimar da Silva Souza	Mestre
2	Adriano Marcos Dantas da Silva	Mestre
2	Higor Cordeiro de Souza	Mestre
3	Ronilson de Oliveira	Especialista
4	Miguel Fabrício Zamberlan	Especialista
5	Marcilei Serafim Germano	Especialista
6	Cristiano Polla Soares	Especialista
7	Denise Ton Tiussi	Especialista
8	Anabela Aparecida Silva Barbosa	Especialista

3.4 DADOS DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO CURSO

Nome:	RONILSON DE OLIVEIRA		
End.:	Rua Victor Ferreira Manahiba, nº 1188 - Bairro Agenor de Carvalho		
Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.820-254
Fone:	(69) 2182-3818	Fax:	Cel.: 9990-5141
e-Mail:	ronilson.oliveira@ifro.edu.br		

Nome:	DENISE TON TIUSSI		
End.:	Av. Rio Madeira nº 4086, Bloco 6, Ap. 1202, Bairro Rio Madeira, Cond. Águas do Madeira		
Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.821-300
Fone:	(69) 2182-3818	Fax:	Cel.: 8459-0689
e-Mail:	denise.tiussi@ifro.edu.br		

Nome:	ADRIANO MARCOS DANTAS DA SILVA		
End.:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial		

Cidade:	Porto Velho	UF: RO	CEP: 76.821-002
Fone:	(69) 2182-3818	Fax:	
e-Mail:	adriano.silva@ifro.edu.br		

4 JUSTIFICATIVA

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia como modelo institucional inovador, assumindo o protagonismo do processo de expansão das políticas educacionais federais com forte inserção na área da pesquisa aplicada, extensão tecnológica e na formação de professores para as redes públicas de educação básica.

Assumem valor estratégico para o desenvolvimento nacional, com atuação no ensino fundamental e médio, na formação inicial e continuada de trabalhadores, na formação de técnicos, nos cursos superiores de tecnologia, nas licenciaturas e em cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento, conforme preconiza a Resolução nº 08/CONSUP/IFRO, de 08 de maio de 2015.

Como o *Campus* Porto Velho Zona Norte já oferece curso superior de gestão pública nada mais natural que oferecer uma pós-graduação na mesma área possibilitando assim a capacitação de servidores públicos do estado e a complementação de formação de seus egressos.

Segundo dados do MTE (2012), existem hoje cerca de 100.459 servidores públicos nas três esferas de poder no Estado de Rondônia. Daquele total, 67.322 atuam no município de Porto Velho. Ainda, segundo o IBGE, somente 20% desses servidores têm graduação e pós-graduação. Demonstrando o público potencial a ser atendido por esse curso.

Neste contexto, o processo de globalização e participação ativa da sociedade na construção de políticas públicas impulsionou o crescimento e o aumento da demanda e procura por formação específica na área de Gestão Pública. O termo “Nova Gestão Pública”, cujo uso é crescente e recorrente na atualidade, surgiu a partir das mudanças socioeconômicas nos anos 70, contrapondo-se ao modelo burocrático da administração pública, sendo naquele momento ineficiente para lidar com as demandas da sociedade contemporânea (JUNQUILHO, 2010).

Dessa forma a gestão pública assumiu a função de maximizar e aperfeiçoar as questões relacionadas à esfera pública, logo o gestor público tem a função de dirigir, governar de forma ética, técnica e transparente a coisa pública, quer sejam órgãos, departamentos ou políticas públicas, buscando sempre o bem comum da comunidade a que se destina, e em

consonância com as normas legais e administrativas vigentes. No exercício de tal função, alguns conhecimentos e habilidades são necessários para atuação do gestor público.

Quadro 1: O que os gerentes públicos necessitam conhecer com urgência

Habilidades em:
1. Planejamento estratégico
2. Mensuração de desempenho
3. Monitoramento de contratos
4. Utilização de dados sobre desempenho e avaliação para melhorar programas
5. Prestação de contas sobre desempenho e dados
6. Administração financeira, inclusive atividades de cálculo de custos
7. Envolvimento dos cidadãos
8. Solução de conflitos e negociação
9. Criação de consenso
10. Análise de problemas, inclusive técnicas de estatística e de custo-benefício

Fonte: Newcomer (1999, p. 12)

Os Institutos trazem inovações nas dimensões política, institucional e pedagógica que os habilitam para um papel estratégico na formulação das políticas de educação.

Os desafios da contemporaneidade exigem dos agentes envolvidos com a educação profissional e tecnológica a capacidade de articular a ação docente com os processos mais amplos da gestão escolar. A partir disso, faz-se necessário refletir acerca das organizações públicas nas dimensões estratégicas, administrativas e de liderança. Neste contexto, é necessário proporcionar a formação profissional para atuar no cotidiano das organizações públicas gerindo de forma estratégica a dinâmica organizacional e sendo o propulsor de projetos que melhorem e transformem a realidade atual.

A formação em cursos de pós-graduação *lato sensu* permite o aperfeiçoamento do profissional, de modo que este atue com domínio sobre uma área específica, possibilitando desenvolver atividade com exímio conhecimento, neste caso concebendo e aplicando as estratégias organizacionais para otimizar a gestão pública.

Assim, ofertar cursos que confirmam competências para o exercício com especialidade em determinada área é um dos objetivos dos Institutos Federais. Deste modo, o IFRO, assumindo seu compromisso social de oferecer ensino, pesquisa e extensão, apresenta uma proposta para suprir lacunas de formação de profissionais na área de serviços públicos, pautada no desenvolvimento de habilidades específicas que o mundo do trabalho requer. Ao

mesmo tempo, faculta ao seu público-alvo uma preparação para a continuidade dos estudos, com vistas à formação cultural, humanística e sociológica.

Portanto, para fortalecer e aumentar a qualidade de resposta do setor público às demandas da população, os governos — federal, estaduais e municipais — têm investido fortemente na política de educação profissional, articulando estratégias que envolvem o aumento da escolaridade, a profissionalização e a educação permanente dos trabalhadores do setor.

É para cumprir esta perspectiva que se apresenta a Pós-Graduação em Planejamento Estratégico na Gestão Pública que buscará a oferta dos conhecimentos necessários sobre organizações públicas e legislação, gestão financeira em organizações públicas, planejamento, plano diretor, gestão de projetos capazes de habilitar o profissional para atuar de modo a renovar a gestão de órgãos públicos sobre o prisma da excelência e da qualidade em seus serviços, buscando o fim maior constitucionalmente erigido que é o bem comum.

A partir do pressuposto epistemológico de formação e qualificação o IFRO alia-se a finalidade de democratização do ensino buscando um melhor atendimento das condições de tempo-espço dos sujeitos do ato de aprender.

Em consonância com a missão e os objetivos legais definidos para os Institutos Federais, essa formação contribuirá para a atualização e o desenvolvimento de práticas com base em novos conhecimentos, habilidades e competências direcionadas para diferentes experiências no mundo do trabalho das organizações públicas.

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Habilitar servidores públicos para atuarem como agentes da gestão pública, desenvolvendo competências para liderar, articular, gerir e pensar de forma estratégica e inovadora a ação governamental, considerando os desafios e as perspectivas da administração pública federal, estadual e municipal, para o aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Já os objetivos específicos relacionados a este projeto são:

- Apresentar a estrutura e o funcionamento da Gestão Pública no Brasil;
- Identificar princípios, metodologias e ferramentas que possibilitem o desenvolvimento de estratégias de planejamento da gestão pública;
- Discutir estratégias inovadoras para a gestão pública;

- Oportunizar a construção de habilidades e competências pertinentes às atividades do planejamento da gestão pública;
- Empregar instrumentos de planejamento estratégico;
- Promover uma cultura de ensino, pesquisa e extensão voltados a área de gestão e negócios, especialmente gestão pública, buscando integração com a comunidade local e o setor produtivo;
- Utilizar as técnicas de planejamento que viabilizem padrões de qualidade e produtividade na *res* pública;
- Favorecer a realização de pesquisa sobre gestão com vistas à qualificação dos profissionais e a melhoria do desempenho das instituições públicas;
- Desenvolver competências gerenciais e visão sistêmica e estratégica para identificar e propor soluções nos problemas da gestão pública.

6 PÚBLICO-ALVO

O curso é dirigido a servidores públicos federais, estaduais e municipais que atuam ou tenham potencial para atuar como dirigentes na gestão pública, e que possuam graduação em curso de nível superior certificado pelo Ministério da Educação (MEC).

7 FORMA DE INGRESSO

As formas de ingresso serão definidas via edital público, onde constarão as especificidades do processo seletivo e requisitos mínimos exigidos para ingresso no curso.

8 PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO

8.1 CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA

O instrumento indelével de um processo educativo é o poder de construção do conhecimento e a utilização da educação como mecanismo de transformação pessoal, profissional e social.

É com este propósito que se apresenta a qualificação do profissional que atua no setor público de modo que seja capaz de atuar com propriedade e posse de habilidade e competências necessárias a transformação da prática baseada no planejamento estratégico e assim implementando uma gestão pública eficaz.

A educação e a formação profissional aliam-se ao contexto social na composição da tríade educativa. Neste processo, eis que na perspectiva de Lévy (1999), não se pode mais conceber o mundo sem tecnologia. As tecnologias intelectuais amplificam, exteriorizam e modificam várias funções cognitivas humanas como a memória, a imaginação, a percepção e o raciocínio. Além disso, favorecem novas formas de acesso à informação e novos estilos de raciocínio e de conhecimento.

É patente que a educação se faz por meio da prática, e esta precisa estar constantemente atualizada e devidamente abalizada na doutrina pedagógica, nas diretrizes curriculares, e nas metodologias didáticas que promovem o processo educativo de construção e desenvolvimento de habilidades e competências (GARDNER, 2012) humanas, sociais e profissionais.

É condição da *práxis* educativa conceber, construir, utilizar e gerir as atividades e recursos, seu acompanhamento efetivo e análise de seus resultados, posto que esta é "o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens" (SAVIANI, 1991, p 21).

O ato educativo no Instituto Federal de Rondônia em qualquer de suas modalidades deve ser desenvolvido conforme os princípios de liberdade de pensamento, reflexão crítica, atendimento solidário, ação responsável, construção de competências, preparação para a cidadania, formação para o mundo do trabalho e a continuidade de estudos.

Com vistas a atender a evolução tecnológica, ampliar as oportunidades educacionais e oferecer qualificação em caráter de especialização é necessário reconhecer que a proposta metodológica está composta de forma a proporcionar a formação integral do estudante por meio da atualização profissional, buscando contribuir para o seu desenvolvimento profissional e pessoal, prático, crítico e político, pois na perspectiva de Paulo Freire (2012):

Ensinar exige rigorosidade metódica: o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso “bancário” meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível a pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos. Pelo contrário, nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser.

Nessa perspectiva, a estrutura curricular alinhada às práticas pedagógicas visa estimular o estudante a criar soluções, ter iniciativas nas organizações.

O processo de apropriação e construção do conhecimento, a organização coletiva do trabalho em sala de aula e o relacionamento interpessoal, são elementos fundamentais que se constituem na unidade de um trabalho pedagógico, sendo que a aprendizagem é concebida:

[...] a partir de uma pedagogia dinâmica e inovadora, tendo como pressuposto fundamental, a ideia de que aprender é construir significados e ensinar é oportunizar essa construção. O IFRO tem como função, dentre outras, possibilitar que o discente desenvolva habilidades cognitivas e adquira conhecimentos específicos, optando por uma concepção crítico-progressista, baseada nos fundamentos da psicologia humanista-sócio-interacionista. Segundo essa concepção, o conhecimento é resultado da relação sujeito-objeto-realidade, com a mediação do Professor. (PDI/IFRO, 2014 p. 25)

Partindo da ideia de mediação na perspectiva de Vygotsky, compreende-se esta como inerente ao processo educativo e no atual contexto, imprescindível ao uso das TICs, e exatamente por esse grau, apresenta-se a utilização de metodologias didáticas ativas para desenvolver a postura crítica, ética, solidária e criativa articulada à implementação de tecnologias em especial aquelas que permitam ao aluno desenvolver-se de forma autônoma, tornando-o o agente ativo do seu processo educativo.

Para efetivar um processo educativo que atenda estes propósitos, que se estruture em curto prazo, com prevalência da justa qualidade em um currículo articulado com as demandas das tecnologias, e destinado a habilitar profissionais capazes de promover uma gestão pública estratégica e aliada aos princípios da excelência, apresenta-se o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública como conceito e prática de complementação e potencialização educacional e profissional.

O curso ora proposto permite o emprego de metodologias participativas, a vivência das situações de ensino, pesquisa, extensão e de gestão, para nelas promover a atuação prática à luz da reflexão teórica. Concebido dentro da proposta de uma pedagogia sociointeracionista e fundamentada nos seguintes pressupostos:

- a. A integração entre educação, trabalho, ciência e tecnologia, a qual contribui para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos sujeitos, sustentando-se nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade como exigência da prática educativa;
- b. A necessidade da formação de um profissional que possa atuar em diversos níveis da gestão pública como gestor de programas e projetos, e formulador e executor de políticas públicas;
- c. A contribuição da pós-graduação para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos sujeitos que atuam ou venham a atuar na Gestão Pública,

sustentando sua prática pedagógica nos princípios da interdisciplinaridade, da contextualização e da flexibilidade ante as exigências crescentemente adaptativas.

8.2 METODOLOGIA E RECURSOS DIDÁTICOS

O curso tem duração de 420 (quatrocentas e vinte) horas, nestas está computado o tempo das aulas presenciais em sala e as atividades sem assistência docente, para o estudo individual ou em grupo, para as atividades interdisciplinares e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração do trabalho de conclusão de curso.

A proposta baseia-se em uma prática educacional como a ação dialética entre professor e aluno, fazendo uso dos recursos de comunicação para viabilizar e aperfeiçoar a relação Professor-Aluno-Saber. No IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte, a metodologia do curso é desenvolvida no modelo Presencial baseado na educação interativa, significativa e flexível com uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem entre outros recursos tecnológicos, como suporte ao ensino.

O processo educativo consiste na perspectiva sociointeracionista e na autoaprendizagem, a partir das orientações do curso em momento presencial o aluno conduz o seu próprio processo de aprendizagem tendo como base estratégias e momentos de aplicação de conceitos e experiências, além da utilização de recursos tecnológicos.

Além disso, a proposta volta-se para o desenvolvimento de atividades contextualizadas e de experiência prática ao longo do processo de formação. Somam-se ao processo os recursos pedagógicos, tais como: vídeos, atividades interativas com professores, biblioteca (física e virtual), possibilitando aos cursistas o desenvolvimento da autonomia da aprendizagem e, ainda, a facilidade na busca da informação e construção do conhecimento.

O caráter interdisciplinar do curso está respaldado na programação de visitas técnicas, palestras e debates com gestores convidados (podendo ocorrer via seminários), fomentando a reflexão sobre assuntos que estão no estado da arte, recebendo atenção especial dos dirigentes públicos.

Assim, o curso é ofertado na modalidade presencial, organizado em três semestres letivos, compostos por quatro módulos integrados. Módulo I: Metodologia e Fundamentos do Planejamento Estratégico no Setor Público; Módulo II: Planejamento Estratégico em Organizações Públicas; Módulo III: Gestão, Indicadores e Monitoramento em Organizações Públicas; Módulo IV: TCC.

8.2.1 Da Operacionalização Didática

Cada componente curricular será realizado em no mínimo quatro sessões, sendo uma sessão por semana, e entre uma sessão e outra, os discentes receberão uma carga de atividades acadêmicas a serem realizadas para cumprimento da carga horária de cada componente curricular.

Assim, a estrutura é baseada na educação interativa, significativa e prática, pautada nos princípios da autonomia, cooperação e interação, composto pelo seguinte itinerário:

- **Aulas Presenciais:** aula ministrada pelo professor titular ofertadas conforme a sequência da matriz e de acordo com calendário definido em edital específico.
- **Atividades Complementares Integradoras:** atividades como estudos de casos, debates, simulações, elaboração de artigos e exercícios que estimulem a produção acadêmica de conhecimento, bem como a aplicabilidade no trabalho, desenvolvidas de modo integrado ao fim de cada módulo;
- **Atividades a distância e uso do AVA:** as disciplinas farão uso de atividades a distância bem como das ferramentas disponíveis pelo ambiente virtual de aprendizagem para fins de composição didática e/ou como complementação de estudos;
- **Avaliações presenciais:** são obrigatórias para a conclusão das disciplinas e do curso e compreende avaliação presencial em cada disciplina da matriz curricular e a defesa oral do TCC. As avaliações presenciais seguirão dias e horários especificados em calendário acadêmico ao findar de cada disciplina.
- **TCC:** O trabalho de conclusão de curso compreende a elaboração escrita e a defesa oral de artigo, sendo apto o aluno que obtiver o cumprimento integral da matriz curricular. O TCC observará a Resolução nº 31/ CONSUP/IFRO, de 06 de agosto 2015, que normatiza os trabalhos de conclusão dos cursos de pós-graduação *lato sensu* do Instituto Federal de Rondônia.

O acadêmico deve frequentar as aulas e cumprir as atividades, posteriormente realizar as avaliações presenciais e a defesa de TCC, que são obrigatórias. As avaliações presenciais seguirão dias e horários especificados em calendário acadêmico. O não cumprimento do calendário programado acarretará reprovação do aluno nas disciplinas.

8.3 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do acadêmico será realizada como parte integrante do processo educativo, acontecerá ao longo do curso de modo a permitir reflexão-ação-reflexão na perspectiva de regulação da aprendizagem e a apropriação do conhecimento, resgatando suas dimensões diagnóstica, formativa, processual e somativa. (PERRENOUD, 2010).

A Avaliação, como um processo contínuo e concomitante às atividades do cotidiano do aluno, é um recurso metodológico de reorientação dos processos de ensino e aprendizagem, e encaminha para um processo dialógico, cooperativo, interativo, onde professor e aluno aprendem juntos, o que possibilita a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos.

Neste curso o modelo de avaliação do acadêmico deve considerar seu ritmo e estilo de aprendizagem, de forma a ajudá-lo a desenvolver desempenhos ascendentes de competências, descritas por conhecimentos, habilidades e atitudes, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos no curso.

Serão utilizados principalmente métodos e instrumentos como: estudo de caso, provas/testes individuais e coletivos, mapas conceituais, desenvolvimento de projetos, seminários, elaboração de artigos e apresentação do trabalho final.

Os resultados quantitativos serão traduzidos em notas numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), estando aprovado o estudante que obtiver uma média final igual ou superior a 70 (setenta) pontos em cada componente curricular.

A avaliação da aprendizagem deverá priorizar a aplicabilidade do conhecimento e das habilidades e competências desenvolvidas ao longo das disciplinas. Deve considerar a apropriação dos conteúdos, a apropriação e aplicação de métodos e técnicas participativas e suas variações, e apropriação e aplicação de modelo de participação coletiva.

O percentual da avaliação e atividades estão assim distribuídos na composição da nota final por componente curricular:

- a) As atividades Complementares correspondem a 40% da nota final;
- b) A Avaliação Escrita corresponde a 60% da nota final;
- c) A avaliação final do Curso consiste na apresentação de um Trabalho de Conclusão do Curso — TCC.

Farão jus ao certificado de especialista em Planejamento Estratégico na Gestão Pública, apenas os alunos que tiverem obtido aproveitamento de pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, segundo os critérios de avaliação previamente estabelecidos e assegurados.

8.4 AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do Curso deverá favorecer o aperfeiçoamento da qualidade da educação superior e a consolidação de práticas pedagógicas que venham a reafirmar a identidade acadêmica e institucional, particularmente o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

As dimensões de avaliação do curso são: avaliação de desempenho dos professores e a avaliação da coordenação. A avaliação de desempenho dos professores será realizada pelos estudantes ao final de cada componente curricular em formulário específico, quando serão avaliados aspectos como vinculação teoria/prática, atividades pedagógicas atuais e exequíveis, capacidade de motivação, dentre outros. A avaliação da coordenação será feita por 25% de estudantes e por todos os professores que atuam no curso. Deverá avaliar a capacidade de resolução de problemas, organização e empatia da coordenação. Os instrumentais da avaliação do curso são os estabelecidos pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação.

8.5 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO

O aproveitamento de estudos e certificação ocorrerá conforme o que estabelece as normativas do IFRO e legislação em vigor.

Nesse sentido, poderá acontecer aproveitamento de disciplinas, de acordo com a oferta do curso, levando-se em conta a realidade da instituição que as ofereceu e análise realizada pela comissão coordenadora do curso levando em consideração a matriz curricular, ementa, referências e carga horária do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública do IFRO, conforme as orientações contidas na Resolução nº 11/CONSUP/IFRO de 15 de abril de 2011, que dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação do IFRO.

Os critérios de aproveitamento de estudos referem-se aos conhecimentos construídos pelo estudante em sua prática de trabalho. Para isso serão realizadas provas teóricas ou práticas onde o estudante deve demonstrar domínio das etapas que compreendem o curso, com a finalidade de inseri-lo num itinerário formativo desenvolvido pela orientação e professor da disciplina.

Ao concluir todas as etapas do curso com 70% de aproveitamento e aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno fará jus ao título de Especialista em Planejamento Estratégico na Gestão Pública. O certificado será expedido pelo Instituto Federal de Rondônia, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 01/2007, de 08 de junho de 2007. O controle da documentação escolar deverá obedecer ao disposto nas normas internas relativas ao registro escolar da instituição de ensino ofertante.

Apenas será concedido o certificado ao aluno que obtiver, no mínimo, nota 70 e frequência de 75% (nas atividades presenciais) em todas as disciplinas do Curso e no TCC, conforme disposto no art. 31 do Regulamento geral de cursos de pós-graduação do IFRO. (Resolução nº 11/CONSUP/IFRO, 2011)

Disciplinas de Pós-Graduação cursadas em outras instituições ou no próprio IFRO poderão ser aceitas, mediante aprovação da Comissão Coordenadora do Curso. Tais disciplinas somente serão aceitas se tiverem sido cursadas há até 5 anos, em temática pertinente e atendendo à legislação do Conselho Nacional de Educação-CNE.

9 PERFIL DO EGRESSO

O egresso do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública deve, ao final do curso em termos de competências e habilidades, ser capaz de atuar na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos, atuando de forma estratégica na gestão das organizações públicas agregando à prática profissional os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

10 O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui-se como atividade curricular obrigatória e compreende a elaboração e apresentação, necessariamente, de um projeto de pesquisa-intervenção desenvolvido ao longo do curso, cujo foco será um determinado desafio identificado ao longo do curso ou pela própria vivência e experiência profissional do cursista.

A elaboração e a defesa do TCC da pós-graduação deverão ser em caráter individual.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) oportunizará aos alunos discussões coletivas para o desenvolvimento de um estudo a ser apresentado publicamente. O resultado da execução do referido projeto poderá ser, conforme Resolução nº 31/CONSUP/IFRO, de 06 de agosto 2015:

- I. projeto de pesquisa, com a perspectiva de prosseguir os estudos em nível de pós-graduação *Stricto Sensu*, a ser defendido em arguição;
- II. projeto de inovação de processo ou produto e artefato ou protótipo, abrangente e estratégico para a sociedade e para a área de conhecimento do curso, neste caso, acompanhado do projeto e do relatório de pesquisa desenvolvida para a confecção do artefato ou protótipo, a serem defendidos em arguição;
- III. pesquisa científica no formato de artigo.

Haverá um grupo de professores responsáveis pela orientação dos TCCs e um professor responsável pela disciplina TCC. Assim, o TCC será orientado por um professor que integra o corpo docente do curso e deverá ser apresentado para a integralização do curso, após a conclusão de todas as disciplinas previstas na matriz curricular. Ele expressará os

processos de aprendizagem, o comprometimento pessoal e o envolvimento docente no projeto de pesquisa-intervenção.

O agendamento da apresentação dos TCCs deverá ser feito pelo orientador, após a conclusão do trabalho, dentro do prazo estabelecido para a integralização do curso. O calendário de apresentação dos TCCs será disponibilizado aos orientadores e aos alunos cursistas em tempo hábil pela coordenação do curso.

A defesa será feita para banca examinadora composta pelo orientador e dois professores, podendo ser presencial ou por mediação tecnológica. A banca examinadora, após a apreciação dos trabalhos, atribuirá o resultado final: Aprovado, Aprovado Condicionalmente ou Não Aprovado. No caso da Aprovação Condicional será concedido ao aluno o prazo de, no máximo, 30 dias corridos a contar da data da apreciação do TCC para o cumprimento das exigências da banca examinadora.

11 MATRIZ CURRICULAR

Os cursos de pós-graduação *Lato sensu* são regulados por normatizações da Secretaria de Educação Superior (SESu), do Conselho Nacional de Educação (CNE), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sendo a observância a essas normas condição necessária para assegurar a titulação dos participantes, e por concepções de formação que orientam o currículo e as formas de desenvolvê-lo.

O curso está estruturado em quatro módulos, conforme organização do curso na matriz curricular a seguir:

Quadro 1: Matriz Curricular

Módulo	Componentes curriculares	Carga Horária
Módulo I: Metodologia e Fundamentos do Planejamento Estratégico no Setor Público	Metodologia da Pesquisa Científica	40
	Legislação e Planejamento Estratégico no Setor Público	40
	Gestão Estratégica de Pessoas em Organizações Públicas	40
Módulo II: Planejamento Estratégico em Organizações Públicas	Planejamento, Plano Diretor e Gestão de Projetos	40
	Gestão Estratégica de Marketing e Comunicação com a Sociedade	40
	Planejamento em Administração Financeira e Orçamentária	40
Módulo III: Gestão, Indicadores e Monitoramento em Organizações Públicas	Gestão estratégica de organizações públicas	40
	Indicadores e Métricas na Gestão Estratégica	40
	Monitoramento e avaliação de Políticas Públicas	40

Módulo IV: TCC	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	60
Total		420

11.1. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O IFRO *Campus* Porto Velho Zona Norte poderá proporcionar aos alunos da pós-graduação a oportunidade de participar das diversas atividades extracurriculares desenvolvidas no *campus* e as relacionadas ao curso,

Tais atividades são condicionadas às possibilidades do *campus* e dos alunos e deverão ser orientadas por professores, inclusive com projetos específicos da instituição, visando ampliar a formação em aspectos acadêmicos, culturais e científicos.

12 EQUIPE DE PROFESSORES

De acordo com o Regulamento Geral de Cursos de Pós-Graduação do IFRO (Art. 13, da Resolução nº 11/CONSUP/IFRO/2011) e com a Resolução nº1 do Conselho Nacional de Educação - CNE de 8 de julho de 2007, a qualificação mínima exigida para o corpo docente é de especialista, entretanto, o número de docentes com essa titulação não pode exceder a 50%. Sendo constituído, prioritariamente, por docentes do IFRO, mas, profissionais de outras instituições poderão integrar o projeto, desde que não ultrapassem a 1/3 (um terço) do total de docentes.

Quadro 2: Equipe de professores

DOCENTES	TITULAÇÃO	DISCIPLINA
Jonimar da Silva Souza	Mestre	Metodologia da Pesquisa Científica
Anabela Aparecida Silva Barbosa	Especialista	
Lady Day Pereira de Souza	Mestre	Gestão Estratégica de Pessoas em Organizações Públicas
Ronilson de Oliveira	Especialista	
Adonias Soares da Silva Junior	Especialista	Legislação e Planejamento Estratégico no Setor Público
Angelina Maria de Oliveira Licorio	Mestre	
Denise Ton Tiussi	Especialista	Planejamento em Administração Financeira e Orçamentária
Adriano Marcos Dantas da Silva	Mestre	
Valdesson Amaro de Lima	Mestre	Gestão Estratégica de Marketing e Comunicação com a Sociedade
Angelina Maria de Oliveira Licorio	Mestre	
Higor Cordeiro de Souza	Mestre	Planejamento, Plano Diretor e Gestão de Projetos
Valdesson Amaro de Lima	Mestre	
Adriano Marcos Dantas da Silva	Mestre	Gestão estratégica de organizações públicas
Aloir Pedruzzi Junior	Mestre	
Ronilson de Oliveira	Especialista	Indicadores e Métricas na Gestão Estratégica
João Batista Teixeira de Aguiar	Especialista	
Jonimar da Silva Souza	Mestre	Monitoramento e avaliação de Política Pública
Marcilei Serafim Germano	Especialista	
Higor Cordeiro de Souza	Mestre	Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

13 ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO DE NATUREZA ACADÊMICA, DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

13.1 COORDENAÇÃO DO CURSO

A coordenação do curso está sob responsabilidade de Ronilson de Oliveira, ao qual compete:

- convocar e presidir as reuniões da Comissão Coordenadora, com direito ao voto de qualidade;
- quando convocado, representar a Comissão em reuniões da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP), do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e Colégio de Dirigentes;
- executar as deliberações da Comissão e o que estabelecem as normas de funcionamento do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública;
- indicar, dentre os membros da Comissão Coordenadora de Curso de Pós-Graduação em Planejamento Estratégico na Gestão Pública, um Coordenador Adjunto;
- comunicar à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (PROPESP), qualquer mudança ou irregularidade no funcionamento do Curso, solicitar e indicar correções necessárias;
- designar relator ou comissão para estudo de matéria submetida a análise da Comissão;
- decidir sobre matéria de urgência "*ad referendum*" da Comissão Coordenadora do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública e encaminhando à Comissão para a aprovação no período regimental do IFRO.

13.2 COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO CURSO

A comissão coordenadora do curso é constituída por três membros:

- ✓ Adriano Marcos Dantas da Silva
- ✓ Denise Ton Tiussi
- ✓ Ronilson de Oliveira

A esta comissão compete:

- Coordenar, supervisionar e tomar as providências necessárias para o funcionamento do Curso, conforme estabelecem as suas normas e este Regulamento;

- Exercer a coordenação interdisciplinar, visando conciliar os interesses de ordem didática no Curso de Pós-Graduação em Planejamento Estratégico na Gestão Pública;
- Verificar o cumprimento do conteúdo programático e da carga horária das disciplinas do Curso de Pós-Graduação em Planejamento Estratégico na Gestão Pública;
- Estabelecer mecanismos adequados de orientação acadêmica aos estudantes do Curso de Pós-Graduação em Planejamento Estratégico na Gestão Pública;
- Elaborar e apresentar à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação um relatório, destacando os principais pontos positivos e negativos da realização do Curso, inclusive com sugestões, caso haja novo oferecimento do Curso, para discussão e avaliação.
- Designar Orientador para os alunos do Curso.

13.3 DIRETORIA DE ENSINO

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. Conta com as seguintes seções de apoio: Coordenação de Apoio ao Ensino, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos e Coordenação de Biblioteca.

13.4 COORDENAÇÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS

É um setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno. Incluem-se nas suas atividades os trâmites para expedição de certificados.

13.5 COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral; mantém o controle e o gerenciamento do uso das obras, impressas ou em outras mídias.

13.6 DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO CAMPUS

Atende às necessidades da Instituição também de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos. Por meio da Coordenação de Pesquisa Inovação, trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica — PIBIC Júnior e outros, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, desenvolvidos no âmbito interno ou não, envolvendo apenas os alunos e professores como também a comunidade externa.

Já a coordenação de Pós-Graduação promove, estrutura e coordena os cursos de pós-graduação a serem implementados no *campus*.

13.7 DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância destes e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *campus*; participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos. Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e cada membro das comunidades interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o *marketing*.

14 AMBIENTES EDUCACIONAIS E RECURSOS DIDÁTICOS DE SUPORTE

14.1 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é desenvolvido no *Campus* Porto Velho Zona Norte como ferramenta de suporte pedagógico e de complementação de carga horária. Nos cursos de pós-graduação poderão ser utilizados como esta finalidade conforme a disposição no edital de oferta.

Quando da utilização, seu objetivo é propiciar recursos para consulta de material didático, textos complementares, realizar atividades didáticas e outras atividades relacionadas ao curso. É uma ferramenta acessada com senha individual e mediante prévio cadastro do acadêmico.

O ambiente virtual de aprendizagem do *Campus* Porto Velho Zona Norte é planejado para atender as demandas educacionais diversas, e para isso, apresenta a estudantes e professores um ambiente fácil e leve, quanto ao acesso, navegação e visualização. Ainda é disponibilizado o acesso aos serviços de: informações acadêmicas, notas, calendários, informações pedagógicas, cronogramas, arquivos disponíveis, *slides* das teleaulas, materiais complementares, contatos.

14.2 SISTEMA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO

O Sistema Acadêmico-Administrativo é o aplicativo que auxiliará na gestão acadêmica de matrícula, lançamento de notas e vinculação de professores, norteando os processos acadêmicos e administrativos. Será utilizado para interface entre instituição, permitindo cadastros auxiliares, criação de estrutura organizacional, gestão de ambiente de aprendizagem e demais ações necessárias e inerentes a este sistema.

14.3 BIBLIOTECA

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral.

Na biblioteca é oferecido apoio bibliográfico ao desenvolvimento das atividades estudantis, como empréstimo de livros, manuais e revistas. Até a implementação do curso, o serviço oferecido contará também com consulta *online* ao sistema de biblioteca, acesso a bases de dados, periódicos e portais educacionais.

14.4 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

O advento da tecnologia trouxe inúmeras ferramentas que possibilitam aos gestores das organizações o planejamento mais detalhado, com o objetivo de minimizar erros. Desta forma, o uso de laboratórios de informática será de fundamental importância para o desenvolvimento de pesquisa e atividades propostas pelas disciplinas constituintes do curso.

O *campus* conta com 3 laboratórios de informática, equipados por 20 computadores cada um. O *software* instalado é o *Microsoft Office*[®] e outros, licenciados, a pedido dos professores.

14.5 LABORATÓRIO ESPECÍFICO

Haverá pelo menos um laboratório de informática disponível ao curso. É composto por computadores com *softwares* atualizados, acesso à internet e interface com diversas mídias para ofertar suporte às aulas, aos estudos autônomos dos alunos e para o desenvolvimento de metodologias de pesquisa na internet e outras formas de desenvolvimento de estudo, que os docentes em seus planos definirem como pertinentes.

14.6 EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

O *campus* onde serão ministradas as aulas possui equipamentos de segurança exigidos para o seu funcionamento, tais como: extintores, hidrantes, lâmpadas de emergência, além de estacionamento fechado, guarita e vigilância.

14.7 RECURSOS DE HIPERMÍDIA

Há os seguintes recursos de hipermídia no *campus*: televisores, computadores, projetores multimídia, telas de projeção, além de impressoras, *scanners*, entre outros.

15 CRONOGRAMA

15.1 REALIZAÇÃO PROJETO DO CURSO

O projeto será implementado no segundo semestre de 2016, de acordo com o cronograma abaixo.

Quadro 3: Cronograma de Execução do Curso.

ATIVIDADES	2015	2016	2017
Planejamento do curso.	Mar. Dez.		
Aprovação do curso pelo CONSUP		Mai/Jun.	
Seleção e capacitação da equipe multidisciplinar responsável pelo curso		Jul.	
Definição do cronograma de execução do curso	Dezembro	Jul.	
Processo Seletivo dos estudantes		Ago/Set.	
Matrícula		Set.	
Desenvolvimento dos componentes curriculares (aulas)		Set./Dez.	Fev/Ago.
Conclusão com apresentação da avaliação			Ago/Dez.

16 EMBASAMENTO LEGAL

Dentre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem como exemplo para análise e seleção. Mas devem ser considerados ainda todos aqueles que, já existentes ou a serem criados e homologados, sejam determinados e determinantes como parâmetros para a atividade nas instituições públicas de ensino federal.

- a) Resolução nº 11/CONSUP/IFRO de 15 de abril de 2011: Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
- b) Resolução nº 08/CONSUP/IFRO, de 08 de Maio de 2015: Dispõe sobre o Regulamento da Política de Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
- c) Resolução nº 31/CONSUP/IFRO, de 06 de agosto 2015. Dispõe sobre o Regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
- d) Resolução CNE/CES nº 01/2007, de 08 de junho de 2007. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização;
- e) Lei nº 9.394/96: Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

- f) Decreto nº 5.154/04: Regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei 9.394/96;
- g) Lei nº 11.892/08: Cria os Institutos Federais;
- h) Resolução Normativa nº 013/2008: Regulamenta a atribuição de direitos sobre criações intelectuais originadas a partir dos instrumentos de fomento - auxílios e bolsas - disponibilizados pelo CNPq e a participação nos ganhos econômicos decorrentes da exploração de patente ou direito de proteção, conferidos a estas criações;
- i) Lei nº 10.973/2004: Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências;
- j) Tabela de classificação das áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>>);
- k) Portaria nº 320/02/2005: Dispõe sobre o Cadastro de Pós-Graduação *Lato Sensu* e define as disposições para sua operacionalização.
- l) Resolução nº 55/CONSUP/IFRO de 11 de dezembro de 2014: Dispões sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

17 REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 19 abril 2015.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>>. Acesso em: 19 abril 2015.

_____. **Lei 11.494, de 20 de junho de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em: 19 abril 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **PORTARIA Nº 4.059, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2004**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>. Acesso em: 10 abril 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação a Distância (Org.). **Integração das Tecnologias na Educação**. Integração das Tecnologias na Educação. Brasília: Ministério da Educação/SEED/TV Escola/Salto para o futuro. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/imagens/livros/integracao-das-tecnologias-na-educacao.zip>>. Acesso em: 12 março 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 32ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

GARDNER, Howard. **Estruturas da Mente - A Teoria das Inteligências Múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

JUNQUILHO, Gelson Silva. **Teorias da administração pública**. Florianópolis: Departamento de ciências da administração/UFSC: CAPES: UAB, 2010.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, Ed. 34, 1999.

MTE/RAIS. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. **Evolução do Emprego Formal**. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/rais_anual/rais-2012.htm>. Plano

NEWCOMER, Kathryn E. A preparação dos gerentes públicos para o século XXI. In: **Revista do serviço público**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 5-18, abr./jun. 1999.

Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) Disponível em: <<http://www.proinfo.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 março 2015.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia: Polêmicas do nosso tempo**. 32 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.

18 EMENTAS

PLANO DE DISCIPLINA Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Planejamento Estratégico na Gestão Pública		
Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica		
Módulo I: Metodologia e Fundamentos do Planejamento Estratégico no Setor Público.	Carga Horária	40
Objetivo geral		
Fornecer instrumental analítico e metodológico que possibilite ao pós-graduando planejar, executar e avaliar projetos e pesquisas em Gestão Pública.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender o processo de pesquisa científica em Ciências Sociais Aplicadas; ● Analisar os pressupostos do processo da pesquisa científica em Ciências Sociais Aplicadas e, especialmente, em Gestão Pública; ● Discutir as alternativas metodológicas mais apropriadas a cada caso investigado; ● Compreender as etapas do processo de pesquisa, identificando os diferentes tipos de pesquisa quanto à sua abordagem, sua natureza, seus objetivos e seus procedimentos; ● Identificar os benefícios da aplicação desse ferramental no âmbito profissional; ● Elaborar um projeto de pesquisa contendo os elementos necessários desse tipo de trabalho científico; ● Aplicar as regras da redação científica e normas e padrões de trabalhos de pós-graduação <i>lato sensu</i>, conforme as normas da ABNT aplicáveis. 		
Ementa		
<ul style="list-style-type: none"> ● Ciência e pesquisa. ● Planejamento de pesquisa científica. ● Tipos, métodos e técnicas de pesquisa científica. ● Coleta e análise dos dados. ● Projeto de pesquisa. 		
Referências básicas		
<p>CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto. Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo, Pearson Prentice Hill, 2007.</p> <p>CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.</p> <p>VERGARA, Sylvia C. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2005.</p>		
Referências complementares		
<p>BABBIE, Earl. Métodos de pesquisa de Survey. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.</p> <p>DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2012.</p> <p>SIENA, Osmar. Metodologia da pesquisa científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Porto Velho: [s.n.], 2007. Disponível em: http://www.mestradoadm.unir.br/site_antigo/doc/manualdetrabalhoacademicoatual.pdf.</p>		

PLANO DE DISCIPLINA		
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Planejamento Estratégico na Gestão Pública		
Disciplina: Legislação e Planejamento Estratégico no Setor Público		
Módulo I: Metodologia e Fundamentos do Planejamento Estratégico no Setor Público.	Carga Horária	40
Objetivo geral		
Conhecer as principais legislações que definem e regulam as ações estratégicas nas organizações públicas.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Entender os conceitos básicos relativos ao planejamento estratégico e as legislações aplicadas; ● Identificar as leis e suas aplicações no planejamento estratégico do setor público; ● Analisar a contribuição e efetividade das leis e regulamentos ligados ao planejamento estratégico na gestão pública. 		
Ementa		
<ul style="list-style-type: none"> ● Histórico e Evolução da Legislação sobre Planejamento Estratégico; ● Regulamentação Legal e Planejamento Estratégico; ● Planejamento Estratégico na Constituição Federal; ● Outras Legislações aplicadas ao Planejamento Estratégico; ● Planejamento Estratégico enquanto Obrigação Legal. 		
Referências básicas		
<p>ANDRADE, Nilton de Morais. Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>ARAÚJO SILVA, Flávia de; GONÇALVES, Carlos Alberto. O processo de formulação e implementação de planejamento estratégico em instituições do setor público. Revista de Administração da UFSM, v. 4, n. 3, p. 458-476, 2011.</p> <p>MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – Secretaria de Gestão. Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização. Instrumento de avaliação da gestão pública – ciclo 2008-2009.</p> <p>REBOUÇAS, Djalma de Pinho. Planejamento estratégico. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Guia de referência do sistema de planejamento e gestão, 2008;</p>		
Referências complementares		
<p>BEPPLER, Mônica Kulkamp; PEREIRA, Maurício Fernandes; COSTA, Alexandre Marino. Discussão conceitual sobre o processo de estratégia nas organizações: formulação e formação estratégica. Revista Ibero-Americana de Estratégia, v. 10, n. 1, p. 128-146, 2011.</p> <p>BRASIL, Constituição Federal 1988;</p> <p>BRASIL. Decreto-lei nº 200, de 25 de Fevereiro de 1967. Dispõe sobre a Organização da Administração Federal, estabelece Diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.</p> <p>PARSON, Mary Jean. Planejamento: de volta às origens. São Paulo: Best Seller, 1988.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides. Planejamento Estratégico Público ou Privado. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>VERGANA, Sylvia Constant, CORRÊA, Vera Lúcia de Almeida. Propostas para uma gestão pública municipal efetiva. 2. ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.</p>		

PLANO DE DISCIPLINA		
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Planejamento Estratégico na Gestão Pública		
Disciplina: Gestão Estratégica de Pessoas em Organizações Públicas		
Módulo I: Metodologia e Fundamentos do Planejamento Estratégico no Setor Público.	Carga Horária	40
Objetivo geral		
Analisar os instrumentos relativos ao alinhamento da gestão estratégica de pessoas nas organizações públicas, de modo a contribuir para seu desenvolvimento e aperfeiçoamento.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os conceitos e técnicas mais importantes da gestão de pessoas aplicadas ao setor público; • Dominar as técnicas utilizadas na gestão de pessoas voltadas para o setor público; • Compreender conceitos e problemas da gestão estratégica de pessoas referentes ao serviço público. 		
Ementa		
<ul style="list-style-type: none"> • Evolução da gestão de pessoas; • O servidor público e suas particularidades; • Recrutamento seleção em organizações públicas; • Regime estatutário e regime contratual; • Plano de cargos, carreira e remuneração por competências; • Sistema de informação na gestão de pessoas; • Gestão de equipes; • Comportamento humano nas organizações; • Poder e cultura nas organizações públicas (Aprendizagem organizacional); • Gestão de conflitos e negociação; • Ética; • Liderança e motivação de pessoas. 		
Referências básicas		
<p>BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de pessoas em organizações públicas. 3. ed. rev. atual. Caxias do Sul: EducS, 2010.</p> <p>BITENCOURT, Claudia. Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.</p> <p>DUTRA, Joel S.; FLEURY, Maria Teresa L.; RUAS, Roberto. Competências: conceitos, métodos e experiências. São Paulo, Atlas, 2008.</p> <p>ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Brasil). Experiências de avaliação de desempenho na Administração Pública Federal. Brasília: ENAP, 2000. 94 p. (Cadernos ENAP, 19).</p> <p>ROBBINS, Stephen. Comportamento Organizacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.</p>		
Referências complementares		
<p>LONGO, Francisco. Mérito e flexibilidade: a gestão das pessoas no setor público. Traduzido do original: <i>Mérito y flexibilidad: la gestión de las personas en las organizaciones del sector público</i>. São Paulo: FUNDAP, 2007. 245 p. ISBN 9788572851022.</p> <p>LONGO, Francisco. Metodologia para avaliação da gestão dos recursos humanos no setor público. [Analytical framework for institutional assessment of civil service systems]. Traduzido por: José Mariano Tavares Júnior. Natal: SEARH/ RN, 2007. 132 p. Originalmente apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - Barcelona - 2002.</p> <p>NOGUEIRA, Maria da Glória Gonçalves; SILVA, Marlene Figueira da. A remuneração do servidor público: elementos para definição da hierarquia e remuneração de cargos e carreira. Campo Grande: UNIDERP, 2007. 116 p. ISBN 9788577041046.</p> <p>OCDE. Desenvolvimento recente na gestão dos recursos humanos nos países-membros da OCDE - Serviço de Gestão Pública/ Comitê de Gestão Pública - PUMA/OCDE. Revista do Serviço Público - RSP, Brasília: ENAP, v. 52, n. 2, p. 49- 68, abr./jun. 2001. Download do arquivo.</p>		

OCDE. **Modernizando o emprego público**. Revista do Serviço Público - RSP, Brasília: ENAP, v. 56, n. 4, p. 419-428, out. /dez. 2005.

PACHECO, Regina Silvia. **Política de recursos humanos para a reforma gerencial: realizações do período 1995-2002**. Revista do Serviço Público - RSP, Brasília: ENAP, v. 53, n. 4, p. 79-106, out./dez. 2002.

PIRES, Alexandre Kalil et. al. **Gestão por Competências em Organizações de Governo: mesa-redonda de pesquisa-ação**. Brasília: ENAP, 2005. 99 p. A Mesa-Redonda de Pesquisa-Ação em Gestão por Competências ocorreu no período de 0- 9/11/04 a 28/03/05. ISBN 8525600466.

PLANO DE DISCIPLINA		
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Planejamento Estratégico na Gestão Pública		
Disciplina: Planejamento em Administração Financeira e Orçamentária		
Módulo II: Planejamento Estratégico em Organizações Públicas	Carga Horária	40
Objetivo geral		
Analisar o papel do gestor público sob a ótica das demandas da administração financeira e orçamentária.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer as peças orçamentárias. ● Compreender o funcionamento do ciclo orçamentário. ● Analisar o sistema de prestação de contas públicas. ● Conhecer os mecanismos de transparência e controle. 		
Ementa		
<ul style="list-style-type: none"> ● Plano Plurianual e Lei das Diretrizes Orçamentárias; ● O Ciclo de Planejamento e Orçamento no Brasil; ● Prestação de contas; ● Transparência e Controle. 		
Referências básicas		
<p>ALMEIDA Paulo R. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica, 2004. (Mimeo).</p> <p>DE ALBUQUERQUE, C. M. Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2006.</p> <p>JUND, Sergio. AFO-Administração Financeira e Orçamentária. Elsevier Brasil, 2008.</p> <p>OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: RAP, Rio de Janeiro nº 40, v.1, Mar./Abr. 2006, pp.273-88.</p> <p>RIBEIRO, Renato Jorge Brown. Administração financeira e orçamentária. Ed. Vestcon, Brasília, v. 1, 2003.</p>		
Referências complementares		
<p>Carga Tributária no Brasil 2009 – Receita Fiscal do Brasil, disponível em: http://www.receita.fazenda.gov/</p> <p>FNAS-Fundo Nacional de Assistência Social. Caderno de Gestão Orçamentária e Financeira. Brasília/2013.</p> <p>GONDIM, FÁBIO. Administração Financeira e Orçamentária. Disponível na URL: http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CIT/article/viewFile/1420/1246, 2004.</p> <p>NASCIMENTO, Edson Ronaldo. Lei de Responsabilidade Comentada. 4ª ed. Brasília: Vest-Con, 2007.</p> <p>PALUDO, Augustinho. Orçamento público e administração financeira e orçamentária. Campus, 2009.</p> <p>PRADO, Sérgio. Transferências Intergovernamentais na Federação Brasileira: avaliação e alternativas de reforma. In: Caderno Fórum Fiscal nº 6 – Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros – pp 11-40, disponível em: http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/cursos_presenciais/Forum_Fiscal_dos_Estados_2.htm</p>		

PLANO DE DISCIPLINA		
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Planejamento Estratégico na Gestão Pública		
Disciplina: Gestão Estratégica de Marketing e Comunicação com a Sociedade		
Módulo II: Planejamento Estratégico em Organizações Públicas	Carga Horária	40
Objetivo geral		
Dominar os conceitos básicos da Gestão estratégica de Marketing, destacando a importância da ação voltada para o serviço público como elemento essencial da estratégia organizacional.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os conceitos e técnicas mais importantes de Marketing aplicadas ao setor público; • Dominar as técnicas utilizadas na tomada de decisões de marketing, no que tange à administração pública; • Compreender conceitos e problemas de marketing referentes ao papel do gestor público. 		
Ementa		
<ul style="list-style-type: none"> • Definição e papel do Marketing; • Marketing em organizações públicas; • Marketing institucional e social; • Marketing de serviços e de relacionamentos em organizações públicas; • Ferramentas de comunicação; • Estratégias de e-marketing; • Planejamento Estratégico e a Gestão de Marketing. 		
Referências básicas		
CHURCHILL JR, Gilbert A. Marketing: criando valor para os clientes . Saraiva, 2000. CZNKOTA, M.R. Marketing: as melhores práticas . Porto Alegre: Bookman, 2001. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de serviços . Editora Atlas SA, 2000. KOTLER, P. & Keller, K.L. Administração de Marketing . São Paulo: Prentice Hall, 2005. KOTLER, Philip. Marketing no setor público . Porto Alegre: Bookman, 2008.		
Referências complementares		
COBRA, Marcos. Administração de marketing no Brasil . São Paulo: Cobra, 2003. PENTEADO, José Roberto Whitaker. Marketing no Brasil não é fácil . Rio de Janeiro: LTC, 1990. SHIRAIISHI, Guilherme. Administração de Marketing . 1. ed. São Paulo: Pearson Brasil., 2012. ZENOME, Luiz Cláudio. Marketing social . São Paulo: Thomson Learning, 2006.		

PLANO DE DISCIPLINA		
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Planejamento Estratégico na Gestão Pública		
Disciplina: Planejamento, Plano Diretor e Gestão de Projetos		
Módulo II: Planejamento Estratégico em Organizações Públicas	Carga Horária	40
Objetivo geral		

<p>Conhecer os principais conceitos e métodos e práticas sobre planejamento, plano diretor e gestão de projetos e entender sua aplicabilidade para melhoria dos resultados da gestão pública.</p>
<p>Objetivos específicos</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● Entender os conceitos básicos relativos ao planejamento, plano diretor e gestão de projetos; ● Identificar métodos e técnicas de planejamento, plano diretor e gestão de projetos aplicáveis ao setor público; ● Analisar a contribuição e efetividade do planejamento, plano diretor e gestão de projetos para a melhoria de resultados da gestão pública.
<p>Ementa</p>
<ul style="list-style-type: none"> ● Planejamento. ● Planejamento como função administrativa; ● Níveis de planejamento; ● Tipos de Planos; ● Introdução ao planejamento estratégico e seus desdobramentos; ● O que é o Plano Diretor; ● O estatuto da cidade; ● Elaboração e revisão do plano diretor; ● Conteúdo do plano diretor; ● Revisão e monitoramento do plano diretor; ● Definição e ciclo de vida do projeto; ● Roteiro prático para a administração de projeto; ● Escopo do projeto; ● Processos da administração da qualidade do projeto; ● A equipe e o gerente do projeto; ● Execução, controle e gerenciamento do projeto
<p>Referências básicas</p>
<p>CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, A. Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações. Rio de Janeiro: Campus, 2004.</p> <p>Confederação Nacional de Municípios – CNM- O Plano Diretor como instrumento de Desenvolvimento Urbano Municipal: orientações para o processo de elaboração e revisão do Plano Diretor. – Brasília: CNM, 2013.</p> <p>MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração de Projetos: como transformar idéias em resultados. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>OLIVEIRA, D.P.R. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologias e práticas. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>TREFF, Lilian; BATTISTELLA, Linamara Rizzo. Inovação em Gestão de Projetos na Administração Pública. Brasport, Rio de Janeiro, 2013.</p>
<p>Referências complementares</p>
<p>CARVALHO, Marly Monteiro de; RABECHINI JR. Roque. Fundamentos em Gestão de Projetos: construindo competências para gerenciar projetos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>Confederação Nacional dos Municípios – CNM - Desenvolvimento Urbano: Gestão Territorial Responsável / Confederação Nacional dos Municípios. – Brasília: CNM, 2008.</p> <p>CLEMENTE, Ademir (Organizador). Projetos empresariais e públicos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>MOLINARI, Leonardo. Gestão de Projetos: teorias, técnicas e práticas. 1. ed. São Paulo: Ed. Erica, 2010.</p> <p>KRAMMES, Alexandre Golin. Gerenciamento do Escopo em Projetos Originados por Meio de Licitação. Revista de Gestão e Projetos, v. 4, n. 3, p. 30, 2013.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides. Planejamento Estratégico Público ou Privado. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p>

PLANO DE DISCIPLINA		
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Planejamento Estratégico na Gestão Pública		
Disciplina: Gestão estratégica de organizações públicas		
Módulo III: Gestão, Indicadores e Monitoramento em Organizações Públicas	Carga Horária	40
Objetivo geral		
Conhecer os principais conceitos, métodos e práticas sobre planejamento estratégico, e entender sua aplicabilidade para o alcance de objetivos na gestão pública.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Entender os conceitos básicos relativos ao planejamento estratégico; • Identificar métodos e técnicas de planejamento estratégico, aplicáveis ao setor público; • Analisar a contribuição e efetividade do planejamento estratégico, para a alcance de objetivos na gestão pública. 		
Ementa		
<ul style="list-style-type: none"> • Visão histórica de estratégia. • Conceitos básicos de estratégia. • Principais interpretações da gestão e planejamento estratégicos. • Crítica e contradição entre as principais escolas. • Estratégias Competitivas. • Sustentabilidade de Vantagens Competitivas. • Globalização e Vantagens Regionais. • Informação, Conhecimento e Estratégia. • Planejamento Estratégico <i>versus</i> Administração Estratégica. • Estratégia e aprendizagem. • A estratégia como processo complexo. 		
Referências básicas		
<p>ANSOFF, H. Igor, McDonnell, Edward J. Implantando a administração estratégica. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 1993.</p> <p>KAPLAN, Robert S. A estratégia em ação: <i>Balanced Scorecard</i>. Rio de Janeiro: Campus, 1997.</p> <p>KAPLAN, Robert S. Mapas Estratégicos- <i>Balanced Scorecard</i>: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.</p> <p>SCHWARTZ, Peter. Cenários: as surpresas inevitáveis, tradução Maria Batista. Rio de Janeiro. Campus, 2003.</p>		
Referências complementares		
<p>BOAR, B. Tecnologia da informação: a arte do planejamento estratégico. São Paulo: Berkeley, 2002.</p> <p>HUNGER, J. David. Gestão estratégica: princípios e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2002;</p> <p>JUDGE, Timothy A. ROBBINS, Stephen Paul, SOBRAL, Filipe. Comportamento Organizacional. 14. ed. São Paulo: Pearson Brasil, 2011.</p> <p>MINTZBERG, H. Ascensão e queda do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2004.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2001;</p>		

PLANO DE DISCIPLINA		
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Planejamento Estratégico na Gestão Pública		
Disciplina: Monitoramento e avaliação de políticas públicas		
Módulo III: Gestão, Indicadores e Monitoramento em Organizações Públicas	Carga Horária	40
Objetivo geral		
Refletir sobre a avaliação como uma ferramenta processual permitindo acompanhamento valorativo das políticas públicas durante todo o seu ciclo de existência.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> ● A análise de políticas públicas e seus problemas; ● Contextualizar o desenvolvimento histórico e compreender os aspectos teórico-conceituais e os diferentes tipos de avaliação de políticas e programas sociais; ● Compreender a especificidade da avaliação de políticas e programas sociais na gestão pública; ● Identificar os fundamentos teóricos e as ferramentas práticas referentes às metodologias de monitoramento de programas governamentais. ● Capacitar os gestores públicos para elaboração de projeto de avaliação e condução das etapas do processo de avaliação de políticas e programas sociais. 		
Ementa		
<ul style="list-style-type: none"> ● Políticas públicas entendidas a partir da relação entre a ação governamental e os processos econômicos e políticos. ● Formulação de políticas públicas: abordagens teóricas. ● Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos. ● Avaliação do risco e do retorno dos projetos. ● Gestão de projetos: planejamento do projeto; escopo do projeto; definição de tempo e recursos; gestão da qualidade; gestão da equipe; controle e avaliação; relatório final. ● Histórico, desenvolvimento, importância e concepções da avaliação de programas sociais. ● Tipos de avaliação. ● Métodos e procedimentos utilizados nos diferentes tipos de avaliação. ● Problemas e controvérsias no campo da avaliação de programas sociais. 		
Referências básicas		
<p>AGUILAR, Maria José e & ANDER-EGG, Ezequiel. Avaliação de serviço e programas sociais. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995</p> <p>ARCOVERDE, Ana C. B. Avaliação de políticas públicas: elemento estratégico de gestão da coisa pública. In: Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas - Neoliberalismo e Lutas Sociais: Perspectivas para as Políticas Públicas. São Luís - MA, 2009. Disponível em: http://www.arcus-ufpe.com/files/artcoisapub.pdf.</p> <p>COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.</p> <p>DIAS, Reinaldo. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yonna S. Avaliação de quarta geração. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2011.</p> <p>LEJANO, Raul P. Parâmetros para análise de políticas. 1. ed. São Paulo: Arte Escrita, 2012.</p> <p>WORTHEN, Blaine R; SANDER, James; FITZPATRICK, Jody L. Avaliação de programas: concepções e práticas. São Paulo: Editora Gente, 2004.</p>		
Referências complementares		
<p>BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. Avaliação participativa de Programas Sociais. São Paulo, Veras Editora; Lisboa, CPIHTS, 2000.</p> <p>BASTOS, Celso R.. Curso de teoria do Estado e ciência política. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.</p> <p>BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, aparelho de Estado e sociedade civil. Brasília: ENAP, 1995.</p> <p>DENHARDT, Robert B. Teorias da Administração Pública. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.</p> <p>RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de Políticas Sociais. São Paulo: Cortez, 1999.</p> <p>SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.</p>		

PLANO DE DISCIPLINA Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Planejamento Estratégico na Gestão Pública		
Disciplina: Indicadores e Métricas na Gestão Estratégica		
Módulo III: Gestão, Indicadores e Monitoramento em Organizações Públicas	Carga Horária	40
Objetivo geral		
Estabelecer uma metodologia para o desenvolvimento de indicadores institucionais.		
Objetivos específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Definir o que são indicadores, para que servem e suas aplicações; • Discernir os principais atributos de um sistema de medição de desempenho institucional; • Capacitar os alunos a construir sistemas de medição de desempenho institucional, considerando fatores técnicos e não técnicos. 		
Ementa		
<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos iniciais de indicadores de desempenho institucional; • Classificação de indicadores de desempenho institucional; • Construção de sistemas de medição de desempenho institucional; • Elementos complementares da construção de indicadores; 		
Referências básicas		
<p>BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos –SPI. Indicadores de Programas: Guia Metodológico. Brasília MP, 2010.</p> <p>ECCLES, Robert. <i>The performance measurement manifesto</i>. Harvard Business Review, v.69, n.1, p. 131-137, jan/feb. 1991.</p> <p>Fundação Nacional da Qualidade. Indicadores de Desempenho – Estruturação do Sistema de Indicadores Institucionais. 3. ed. São Paulo: Fundação Nacional da Qualidade, 2012.</p> <p>GASPARINI, Liz V. L. Análise das inter-relações de indicadores econômicos, ambientais e sociais para o desempenho sustentável: um instrumento de monitoramento da sustentabilidade organizacional. Florianópolis: UFSC, 2003.</p> <p>JANNUZZI, Paulo. M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.</p> <p>MACHADO, Nelson. Sistema de informação de custo: diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental. Brasília: ENAP, 2005.</p>		
Referências complementares		
<p>BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. Indicadores – Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Coordenação de Documentação e Informação – Brasília: MP, 2012.</p> <p>FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo. texto para discussão1369. Brasília: IPEA, 2009.</p> <p>GUIMARÃES, José R.S.; JANNUZZI, Paulo M. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas. In: XIV Encontro de Estudos Populacionais. Minas Gerais: ABEP, 2005.</p> <p>KIYAN, Fábio Makita. Proposta de desenvolvimento de indicadores de desempenho como suporte estratégico. Dissertação apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em engenharia da produção. São Carlos: USP, 2001.</p>		

APÊNDICE A - Plano de Ensino

IDENTIFICAÇÃO						
Curso:		Série/Módulo:				
Disciplina:		Ano/Semestre:	CH:			
Professor:						
Perfil do Egresso:						
Objetivo Geral:						
Objetivos Específicos	Conteúdo	Procedimentos Metodológicos				Total Carga Horária Geral
		Presencial	CH	A distância	CH	
Bibliografia Básica Complementar						

APÊNDICE B - Termo de Compromisso com o Curso (de cada docente comprometendo-se a preparar material didático e ministrar disciplina, cumprindo sua respectiva carga horária).

Termo de Compromisso (Professor)

Eu, _____, Professor (a) do Curso de _____ desta Instituição, declaro para os devidos fins, estar de acordo em preparar material didático e ministrar a disciplina _____, cumprindo com sua carga horária de _____.

Local, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Professor	Assinatura do Coordenador do Curso

APÊNDICE C - Modelo de Termo de Compromisso – TCC (Aluno)**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO (ALUNO)**

Eu, _____, aluno (a) do Curso de _____ desta Instituição, comprometo-me a cumprir as exigências para a elaboração e apresentação escrita e oral do Trabalho de Conclusão de Curso, respeitando prazos e normas técnicas para a elaboração de trabalhos acadêmicos, reconhecendo a autoria de conceitos, ideias e pesquisas anteriores à que realizarei, zelando pela contribuição técnico-científica e social e pelo padrão de qualidade das pesquisas do IFRO.

Local, _____ de _____ de 200 __.

Assinatura do(a) aluno (a): _____

APÊNDICE D - Modelo de Termo de Aceite para Orientação TCC (Professor)

TERMO DE ACEITE

Eu, _____, professor (a) do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em _____, declaro que aceito orientar o aluno (a) abaixo relacionado(a).

Aluno	Título do TCC

Local, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do(a)
Professor(a) Orientador(a):

Assinatura do
Coordenador(a) do Curso:

Assinatura do(a)
Professor(a) do TCC

APÊNDICE E - Ficha de Acompanhamento de Orientação

IDENTIFICAÇÃO	
Orientador:	
Orientando:	
Título do Trabalho	

ATIVIDADES				
DATA	Assunto(s) discutido(s)	Horário (início e fim)	Assinatura(s) do(s) aluno(s)	Assinatura(s) do(s) professor (es)

OBS.: Esta ficha deverá ser entregue no final de cada mês para o professor de TCC.

Assinatura do(a) Orientador(a)

APÊNDICE F - Ficha de Avaliação para TCC

IDENTIFICAÇÃO		
Orientador:		
Orientando:		
Título do Trabalho		
ITEM	Pontuação	
	Prevista	Obtida
Relevância científica da pesquisa e sua relação com a prática educativa em sala de aula ou ambiente congênere	10	
Delimitação do tema, formulação do problema, objetivos e justificativas claramente definidos	10	
Fundamentação teórica	10	
Coesão e coerência	10	
Metodologia utilizada para resolver o problema adequadamente e corretamente aplicado	10	
Conclusão estabelecida de forma clara e coerente com a apresentação dos dados	10	
Discussão sobre os resultados da pesquisa	20	
Originalidade, criatividade e atendimento à norma-padrão da Língua Portuguesa	10	
Utilização adequada das normas da ABNT (Formação)	05	
Referenciais	05	
Total	100	

Parecer Final
Observações

Assinatura da Comissão Avaliadora		
Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador3

APÊNDICE G - Ficha de Desistência/Transferência de Orientação

Eu, _____, Professor (a) do Curso de _____ desta Instituição, declaro, para os devidos fins, desistir da orientação do Trabalho de Conclusão de Curso do (a) aluno (a) _____ .

Motivos da desistência/transferência:

Local, _____, de _____ de 20 __.

Assinatura do(a) professor(a) orientador(a)

APÊNDICE H - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, na pesquisa intitulada

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está sendo apresentado em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o (a) Orientador(a) da pesquisa, Profª..... telefone..... e/ou Coordenador do Curso telefone

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: _____

Pesquisador Responsável: _____

Telefone para contato: _____

Pesquisadores participantes: _____

Telefones para contato: _____

1. Descrição da pesquisa, objetivos, detalhamento dos procedimentos, forma de acompanhamento (informar a possibilidade de inclusão em grupo controle se for o caso);
Especificação dos riscos, prejuízos, desconforto, lesões que podem ser provocados pela pesquisa, formas de indenização, ressarcimento de despesas.
2. Descrever os benefícios decorrentes da participação na pesquisa.
3. Explicar procedimentos, intervenções, tratamentos, métodos alternativos.
4. Esclarecimento do período de participação, término, garantia de sigilo, direito de retirar o consentimento a qualquer tempo. Em caso de pesquisa onde o sujeito está sob qualquer forma de tratamento, assistência, cuidado, ou acompanhamento, apresentar a garantia expressa de liberdade de retirar o consentimento, sem qualquer prejuízo da continuidade do acompanhamento/ tratamento usual.
5. Nome e Assinatura do pesquisador _____

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG/ CPF/ nº, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Local e data _____

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Observações complementares

APÊNDICE I - Modelo de Termo de Cessão de Direitos Autorais

(Registrar em cartório)

Pelo presente instrumento particular, de um lado (Nome completo e por extenso do autor), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), CPF nº (...), Cédula de Identidade RG n. (...) residente e domiciliado à Rua (...), na cidade de (...), Estado de (...), denominado CEDENTE, de outro lado o **INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA**, Pessoa Jurídica de direito público, CNPJ nº 10.817.343/0001-05, com sede a Av. Jorge Teixeira, 3146 - Setor Industrial - Porto Velho - RO CEP: 76821002, doravante denominada **IFRO**, neste ato Representada por (...), função (...), Portador da Cédula de Identidade n(...), inscrito no CPF sob o nº (...), neste ato legal e estatutariamente representada, denominada **CESSIONÁRIA**, têm, entre si, como justo e contratado, na melhor forma de direito, o seguinte:

Cláusula 1º - O CEDENTE, titular dos direitos autorais sobre (...), cede, a título gratuito, à **CESSIONÁRIA** o direito exclusivo de edição, reprodução, impressão, publicação e distribuição, em língua portuguesa, sobre o mesmo, nos termos da Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Cláusula 2º - A **CESSIONÁRIA** fica autorizada pelo CEDENTE a promover quantas edições, totais ou parciais, se fizerem necessárias e em qualquer número de exemplares, bem como, a distribuição da mesma, abdicando de seus direitos e de seus descendentes.

Cláusula 3º - Fica eleito o foro do juízo da Justiça Federal da Seção Judiciária de Porto Velho, RO para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Termo.

E por estarem em pleno acordo com o disposto neste instrumento particular, CEDENTE e **CESSIONÁRIA** assinam na presença de duas testemunhas abaixo, destinando-se uma via para cada uma das partes contratadas neste instrumento.

Local, (data)

CEDEnte: _____

CESSIONÁRIA: _____

TESTEMUNHAS

1 - _____

CPF Nº.

2 - _____

CPF Nº.

APÊNDICE J – Resumo do Currículo Lattes dos professores do curso

Adonias Soares da Silva Júnior

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4931275508977201>

Professor Titular do ensino básico, técnico e tecnológico e Coordenador de Pesquisa e Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO/RO, Administrador - CRA/RO nº 5145, Mestrando em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia (2015), possui Graduação em Administração pelas Faculdades Integradas de Ariquemes - RO (2006), Graduação em Direito pela Faculdade de Rondônia - FARO/RO (2011), Pós-Graduado em Direito Administrativo pela Universidade Anhanguera / UNIDERP - SP (2012), Pós-Graduado em Docência no Ensino Superior pela Faculdade de Rondônia - FARO (2013), Pós-Graduado em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade Católica de Rondônia - FCR (2014), Pós-Graduando em Educação à distância pela Universidade Católica Dom Bosco - UCDB (2015). Pós-Graduando em Educação Empreendedora pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC / RJ (2016). Aprovado no VI Exame Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (2012). É membro permanente da CPE do Conselho Regional de Administração - CRA/RO e tem experiência na área da Administração pública / geral, Direito e na área de Educação, com ênfase em gestão e coordenação de Curso Superior.

Adriano Marcos Dantas da Silva

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2016724610577787>

Possui graduação em Ciências Contábeis - Faculdades Integradas de Ariquemes (2004). Especialista em Controladoria e Gestão de Empresas pela UNIR/RO. Mestre em Ciências Contábeis pela FUCAPE/ES. Atualmente é Professor do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) *Campus* Porto Velho Zona Norte. Pesquisas relacionadas à adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e Analfabetismo Funcional. Tem experiência na área de Contabilidade, atuando principalmente nos seguintes temas: contabilidade gerencial, fiscal e tributária.

Anabela Aparecida Silva Barbosa

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2134251239464716>

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR (2011), especialização em Auditoria e Perícia Contábil pela Faculdade Educacional da Lapa - FAEL (2015), mestrado em Administração pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR (2015). Tem experiência na área de Auditoria no setor público, Setor de Pessoal na Administração Pública, Controladoria nas Organizações e Ciências Contábeis. Como pesquisador é participante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Organizações (GepOrg), tendo com foco em Auditoria no setor público, Controladoria nas Organizações e Liderança. Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Anabela Aparecida Silva Barbosa

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2900527189559181>

Graduação em Pedagogia e Direito pela Universidade Federal de Rondônia, pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Federal de Rondônia, em Psicopedagogia e Gestão Escolar pela ICE/MT e em Direito Administrativo pela Universidade Anhanguera-Uniderp. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Tem experiência na área de Educação, com ênfase Formação de Professores, Linguagem, Planejamento e Administração de Sistemas Escolares e Educação a Distância. Mestranda em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia (2015).

Angelina Maria de Oliveira Licório

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5999105777814994>

Possui Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Rondônia (2014) e Mestrado em Direito pela Universidade de Marília (2000), graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Alta Paulista (1983) e em Administração pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Tupã (1998). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público e Ciência Política, e na área de Administração, com ênfase em Gestão de Pessoas, Empreendedorismo. Atualmente é professora Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO.

Denise Ton Tiussi

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1033101348753780>

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná (2009). É especialista em Didática do Ensino Superior (2011). Mestranda em Administração pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR/2014). Atuou como professora dos cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração nas Faculdades Integradas de

Cacoal (2011 e 2012). Tem experiência na área de Economia. Atuou como analista em economia no Ministério Público do Estado de Rondônia entre agosto de 2012 e fevereiro de 2014, atualmente é docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Hígor Cordeiro de Souza

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5288099289528313>

Possui mestrado e bacharelado em Administração pela Universidade Federal de Rondônia. Tem experiência na área de pesquisa em Administração, com ênfase em agronegócios, atuando principalmente nos seguintes temas: Benchmarking, agronegócio leite, fatores de produção e arranjo produtivo local. Atualmente trabalha como Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Rondônia, ministrando disciplinas da área de gestão no curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Jonimar Silva Souza

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8622996107812924>

Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) e cursa Administração Pública pela UAB/UNIR. É mestre em Administração pela Universidade Federal de Rondônia (2013). Possui graduação em Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade Federal de Rondônia (2007); Especialização em *Softwares* Educacionais no Ensino da Matemática (2012) e Metodologia do Ensino Superior e Inovações Curriculares (2008). Já atuou como Tutor do Curso de Ciências Naturais e Biologia - Modalidade EaD pela Universidade Federal de Rondônia -UNIR (2008) e como Professor de Matemática Financeira, Matemática Discreta, Probabilidade e Estatística e Cálculo da Faculdade de Ouro Preto do Oeste - UNIOURO (2009/2011). É membro da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) e Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Inovação e Sustentabilidade da Amazônia (GEPISA).

João Batista Teixeira de Aguiar

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8575663992123444>

Possui Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense (1989). Atualmente é Professor Efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), na área de Economia Aplicada. Possui longa experiência no Mercado

Financeiro e de Capitais. Empresário no Setor de Atacadista de Alimentos, sendo responsável pela Gestão administrativa e financeira. Mestrando Profissional em Administração Pública - PROFIAP, pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

Marcilei Serafim Germano

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6883554642985869>

Licenciado em Filosofia, Especialista em Metodologia e Didática no Ensino Superior e Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Rondônia (2015), atuando como professor em Dedicção Exclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, sendo Educador Popular e Pesquisador nas áreas de trabalho, educação popular, educação do campo, sindicalismo, associativismo, cooperativismo e movimentos sociais. Tem experiência nas áreas de Filosofia atuando como professor no ensino médio e superior, com ênfase em metafísica, epistemologia, lógica, ética, filosofia Política e estética e em organizações populares com ênfase em cooperativismo, associativismo, cooperativismo de crédito, educação popular, educação do campo e movimentos sociais.

Lady Day Pereira de Souza

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5124807480964020>

Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia. Especialista em Planejamento, Implantação e Gestão de Educação a Distância pelo Centro Universitário Claretiano. Especialista em Gestão de Serviços em Saúde e Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Rondônia. Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Atua na área de Educação a distância, Políticas Públicas, Desenvolvimento Regional, Gênero, Empreendedorismo, Gestão Ambiental e Responsabilidade social. Coordenadora do Curso Técnico Concomitante ao Nível Médio de Recursos Humanos. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação a Distância - GPED e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Inovação e Sustentabilidade da Amazônia - GEPISA. Coordenadora do Projeto de Pesquisa sobre Evasão nos cursos presenciais e a distância no IFRO-Campus Porto Velho Zona Norte.

Ronilson de Oliveira

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5547869194713766>

Possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (1998). Especialização em gerenciamento de Micro e Pequenas Empresas pela Universidade Federal de Lavras - MG. Experiência como Gestor de processos, durante 5 anos, em uma grande empresa do estado da Bahia (Grupo Robinson Nunes). Já atuou como consultor de empresas nas áreas: Financeira, Tributária, e Ambiental, com ênfase em administração Financeira e Tributária. Atualmente trabalha como professor do Instituto Federal de Rondônia, atuando no ensino técnico e na graduação tecnológica. Ocupa também o cargo de Chefe do Departamento de Pesquisa, inovação e pós-graduação do *Campus* Porto Velho Zona Norte.

Váldeson Amaro Lima

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2186520755838978>

Doutorando em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul e Especialização *Lato Sensu* em Educação Empreendedora em andamento pela PUC-Rio. Possui Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Rondônia e Bacharelado em Administração de Empresas com Habilitação em Marketing pela Faculdade Barão do Rio Branco. Atua como Professor EBTT de Administração no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração de Micro e Pequenas Empresas, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão do conhecimento, gestão da inovação, análise e estratégia de mercado e competitividade. Tem interesse por pesquisa e extensão com temas relacionados à inovação, sistemas regionais e nacionais de inovação, inovação em micro e pequenas empresas, empreendedorismo e inovação, inovação na gestão pública e institucionalismo e inovação.